Intervenção de Norberto Rosa - Secretário-Geral da APB na Assinatura da "Iniciativa para o Avanço da Cooperação entre Bancos Comerciais dos Países de Língua Portuguesa e de Macau"

- Senhor Presidente do Conselho de Supervisão do Banco da China, Dr. Wang Xiquan;
- Senhor Secretário para a Economia e Finanças da Região Administrativa Especial de Macau, Dr. Leong Vai Tac;
- Senhor Diretor Adjunto do Gabinete de Ligação do Governo Central na Região Administrativa Especial de Macau, Dr. Yao Jian;
- Senhor Cônsul do Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China na Região Administrativa Especial de Macau, Dr. Zhang Jian
- Senhor Secretário-Geral Adjunto do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, Dr. Ding Tian;
- Senhora Presidente do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau, Dra. Lau Kuan Va;
- Senhor Presidente da Autoridade Monetária de Macau, Dr. Chan Sal San;
- Senhores Representantes das Associações de Bancos e Institutos para a Promoção de Investimentos e Exportações dos Países de Língua Portuguesa

Começo por agradecer o convite que me foi dirigido para participar neste Encontro para o Avanço da Cooperação entre os Bancos Comerciais dos Países de Língua Portuguesa e a forma excecional como temos vinda a ser recebidos.

Destaco a nossa visita a Shenzhen e a Zhuai que evidenciam e refletem de uma forma muito clara os dados estatísticos referentes às elevadas taxas de crescimento económico da República Popular da China e que tanta admiração nos tem provocado.

Farei esta minha curta intervenção, começando por fazer um breve enquadramento do sistema bancário português, identificando os progressos alcançados nos últimos anos.

Evolução recente do sistema bancário em Portugal

Ultrapassada a crise financeira global, que tantas repercussões negativas teve nos países ocidentais, e a crise da dívida soberana, que afetou, em particular, os países da Área do Euro, o sistema bancário português realizou um profundo trabalho de ajustamento e uma recuperação reconhecidos internacionalmente.

Consequentemente, este processo de ajustamento conduziu a alterações nas estruturas acionistas das principais instituições financeiras, num redimensionamento muito expressivo da rede de distribuição e adaptações nos modelos de negócio.

Em resultado deste profundo processo transformacional, o sector financeiro português aumentou a sua resiliência, tendo registado progressos significativos ao nível da eficiência, da liquidez, da melhoria da qualidade dos ativos, da rendibilidade, da solvabilidade e da Governance.

- O rácio de transformação diminuiu significativamente de 160%, em junho de 2010, para cerca de 90%, em 2018, registando-se um aumento expressivo do peso dos depósitos como principal fonte de financiamento do sector (de 43% dos ativos em 2010, para 66% em 2018), o que demonstra a confiança dos depositantes no sistema;
- Os créditos não produtivos (NPL) reduziram-se em cerca de 25 mil milhões de euros, entre junho de 2016 e dezembro de 2018, diminuindo de um rácio superior a 17%, para menos de 10%.
- Verificou-se uma recuperação significativa da rendibilidade do sistema bancário nacional, atingido-se um RoE positivo de 7,1% no final de 2018,
- O rácio Core Tier 1 de 7,4%, em 2010, subiu para um rácio Core Equity Tier 1 de 13,2%, em 2018.

Concluindo, o sector bancário português está hoje mais seguro, forte e resiliente, com mais e melhor capital, mais bem preparado para fazer face a eventuais problemas de liquidez e com menos ativos não produtivos no seu balanço.

Contudo, o contexto em que se desenvolve a atividade bancária permanece desafiante para a generalidade da banca europeia e, em particular, para o sistema bancário português, nomeadamente tendo em conta os seguintes fatores:

- O ambiente de taxas de juro em níveis historicamente muito baixos;
- A continuação do processo de desalavancagem do sector privado;
- O nível ainda elevado de ativos não produtivos no balanço dos bancos, não obstante os desenvolvimentos significativos que se continuaram a registar em termos da sua redução;
- A necessidade de prossecução do redimensionamento das estruturas operacionais;
- A implementação de novos e importantes normativos legislativos e regulamentares;
- A necessidade de ajustamento dos modelos de negócio, face aos desenvolvimentos em torno da transformação digital dos serviços financeiros;
- O nível, ainda reduzido, de rendibilidade, e que se mantêm abaixo do custo do capital;
- A manutenção de um baixo crescimento potencial da economia portuguesa, especialmente importante num enquadramento de abrandamento macroeconómico.
- A necessidade do sector ter em consideração as vertentes associadas às preocupações ambientais e sociais, numa perspetiva de finanças sustentáveis.

Gostaria ainda de salientar os avanços da banca chinesa e de Macau, designadamente na utilização da tecnologia digital, registados nos últimos anos.

Macau como plataforma de negócios entre a China e os Países de Expressão Portuguesa

Num contexto de grande incerteza, transformação, complexidade e volatilidade, o aprofundamento ao nível da cooperação económica e financeira entre a China e Portugal tem assumido uma grande relevância.

Efetivamente, o investimento chinês em Portugal tem sido muito significativo em vários sectores da economia, como por exemplo, na energia, na banca, na saúde, nos seguros e no imobiliário.

Aproveito para destacar, a nível de exemplo, a forte presença de capital chinês no sector bancário:

- Em setembro de 2015, o Haitong Securities adquiriu o BESI, um banco de investimento de grande relevância;
- Em novembro de 2016, a Fosun International tornou-se no maior acionista do Millenium BCP, o maior banco privado português.
- Em julho de 2018, o Bison Capital Holding adquiriu o antigo Banif Banco de Investimento, tendo alterado a sua designação para Bison Bank

Estas instituições, tendo uma ligação privilegiada ao mercado asiático, podem posicionar-se como ponte financeira entre a China e os Países de Expressão Portuguesa, criando novas oportunidades de investimento e apoiando clientes asiáticos interessados em investir e expandir a sua atividade internacional, bem como empresas dos Países de Expressão Portuguesa interessadas em estabelecer negócios com a China

Embora o investimento chinês tenha vindo a registar um crescimento significativo, será importante aprofundar o nível de cooperação entre os dois países:

i) Por um lado, promovendo-se oportunidades de investimento na China para as empresas portuguesas, que, em resultado do processo de recuperação da nossa economia, têm atualmente uma maior capacidade de internacionalização;

ii) Por outro lado, atraindo um maior nível de investimento chinês para Portugal, bem como para outros territórios de língua portuguesa, onde há grandes necessidades de investimento.

Gostaria de salientar as recentes declarações do Secretário de Estado da Internacionalização de Portugal que destacou: "*a parceria económica e empresarial entre Portugal e China, com os acordos assinados – nomeadamente a Parceria Estratégica Global Portugal China, assinada em 2005 – tem tido uma importância no desenvolvimento da internacionalização da economia portuguesa*".

Também realçou a cooperação luso-chinesa em relação aos países de língua portuguesa, que considerou ter um potencial de aprofundamento nas relações económicas, comerciais, culturais e de criação de conhecimento.

Neste contexto, Macau assume um papel muito relevante como "plataforma" de investimento chinês em Portugal e nos mercados lusófonos, sobretudo tendo em conta os estreitos laços históricos, culturais, linguísticos e económicos que nos unem e que são tão fortes.

O simples facto de Macau servir de plataforma para a cooperação comercial sino-lusófona é uma demonstração evidente do papel estratégico de Macau na política externa da China, relacionada com os países de língua portuguesa.

Esta ligação compreende a cooperação dos sistemas bancários de Macau e de Portugal, bem como dos outros países de expressão portuguesa.

Esta cooperação não é de agora.

Iniciou-se com a presença centenária do Banco Nacional Ultramarino em Macau e que continua a ter um papel relevante, nomeadamente como Banco Emissor, em parceria com o Banco da China.

Esta cooperação com a China tem vindo a aprofundar-se, como é o caso da emissão de "*Panda Bonds*", no montante de 2 mil milhões de renminbis pela República Portuguesa, e que está a decorrer.

"*É uma excelente notícia. Portugal será o primeiro país da zona euro a emitir dívida em renminbi*", afirmou o Secretário de Estado das Finanças de Portugal.

"*O objetivo da emissão é estar num mercados de grande dimensão, com muita liquidez, com poupanças elevadas*", explicou ainda.

Neste âmbito, muito se pode fazer, mas destaco, também o facto de Macau ter disponibilizado financiamento para o fundo sino-português, fundado pelo Governo chinês com um capital inicial de 500 milhões de dólares.

Estou certo de que este Encontro entre as Associações Bancárias dos Países de Expressão Portuguesa e os contactos que se seguirão, irão facilitar a cooperação entre os bancos nossos associados, contribuindo para um maior desenvolvimento dos nossos países.

Termino com uma recordação pessoal.

Há cerca de 20 anos estive em Macau para assinar, em representação do Banco de Portugal, um Memorando de Entendimento com a Autoridade Monetária de Macau sobre a cooperação na Área da Supervisão Bancária e é com grande satisfação que constato o elevado desenvolvimento que ocorreu desde então.

Macau, 30 de maio de 2019.